

IDENTIDADE E INSTITUCIONALIDADE NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

IDENTITY AND INSTITUTIONALITY IN FEDERAL INSTITUTES: CHALLENGES AND RESISTANCE IN TIMES OF NEOLIBERALISM

Daniel Santana de Souza¹
Marcus Eduardo Maciel Ribeiro²

Resumo

Ao considerar os dilemas relacionados as diferentes classes sociais que a Rede Federal de Educação, Ciências e Tecnologia atende, bem como as disputas acerca da sua identidade, propôs-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são os principais desafios que a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia enfrenta para atender às classes sociais menos favorecidas, considerando as disputas em torno de sua identidade institucional no contexto histórico atual? Este estudo utilizou a técnica da conversa como instrumento metodológico para produção de informações, buscando apreender a realidade por meio da imersão do pesquisador no contexto dos participantes. Para esta investigação, os participantes da conversa foram sujeitos comprometidos com a luta pela educação profissional e tecnológica. Ao se aproximar de uma resposta ao problema, constatou-se um consenso entre os interlocutores de que o projeto dos Institutos Federais tem como base a justiça social e que a apropriação deste espaço por classes socioeconomicamente favorecidas deturpa os princípios fundadores estabelecidos em sua lei de criação. Considera-se que, a resistência dos Institutos Federais frente aos ataques do neoliberalismo reside na força de sua identidade institucional, construída a partir de sua lei de criação e consolidada no imaginário coletivo.

Palavras-chave: Conversa. Educação Profissional e Tecnológica. Classe Média. Identidade da Rede Federal. Processo seletivo discente.

Abstract

When considering the dilemmas related to the different social classes that the Federal Network of Education, Science and Technology serves, as well as the disputes over its identity, the following research question was proposed: What are the main challenges that the Federal Network of Education, Science and Technology faces in serving the less favored social classes, considering the disputes over its institutional identity in the current historical context? This study used the conversation technique

¹ Mestre em Química pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor de Química no Instituto Federal Baiano (IFBaiano), Campus Guanambi, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6350-0809> e E-mail: danielpuraquimica@gmail.com

² Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências (PPGECi) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor no Instituto Federal Sul-rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia, IFSUL, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5974-3050> e E-mail: marcusemr@gmail.com

as a methodological instrument for producing information, seeking to understand the reality through the researcher's immersion in the context of the participants. For this investigation, the participants in the conversation were subjects committed to the fight for professional and technological education. When approaching an answer to the problem, a consensus was found among the interlocutors that the project of the Federal Institutes is based on social justice and that the appropriation of this space by socioeconomically favored classes distorts the founding principles established in its founding law. It is considered that the resistance of Federal Institutes to the attacks of neoliberalism resides in the strength of their institutional identity, built from their founding law and consolidated in the collective imagination.

Keywords: Conversation. Professional and Technological Education. Middle Class. Identity of the Federal Network. Student selection process.

Introdução

O avanço do capital sobre o trabalho tem aprofundado a precarização das condições de vida e ampliado as desigualdades sociais, impactando especialmente os setores mais vulneráveis da sociedade (Antunes, 2003). A lógica capitalista predominante não apenas ignora, mas também reproduz e intensifica essas desigualdades, moldando profundamente o modo de vida contemporâneo (Echalar, 2025).

Nesse contexto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT) são diretamente afetados. Desde sua criação em 2008, há uma intensa disputa em torno de sua identidade institucional, refletindo a dualidade educacional historicamente presente no Brasil (Oliveira, 2023).

Ao considerar os dilemas relacionados às diferentes classes sociais atendidas pela Rede Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, bem como as disputas em torno da sua identidade institucional, construiu-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são os principais desafios que a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia enfrenta para atender às classes sociais menos favorecidas, considerando as disputas em torno de sua identidade institucional no contexto histórico atual?

Segundo Silva e Albino (2013) a identidade institucional, reflete características internas influenciadas por percepções externas, que representa a expressão das organizações enquanto sistemas de valores, crenças e cultura e varia conforme o contexto. Complementando essa visão, Silva e Nogueira (2001) destacam que a identidade organizacional possui uma natureza dinâmica, em constante evolução, influenciada pelo tempo e pelas experiências acumuladas nas interações da organização com o ambiente ao seu redor.

Conforme Frigotto e Araújo (2018), os IFECT são orientados por princípios omnilaterais, promovendo a formação integral do ser humano.

Fundamentados na justiça social, eles sustentam um projeto político-pedagógico alicerçados na autonomia e liberdade, com o objetivo de promover a emancipação dos sujeitos (Brasil, 2008).

Nesse contexto, o artigo está organizado de forma a conceber a conversa enquanto instrumento metodológico de pesquisa, ancorado no livro “Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?”, organizada por Tiago Ribeiro, Rafael de Souza e Carmen Sanches Sampaio (2018). Logo, apresenta a apreciação das informações destas conversas enquanto compreensão da totalidade, sem pretensão de uma análise restrita unicamente a categorização e/ou interpretação.

Esta pesquisa está relacionada ao grupo de pesquisa [omitido], com registro no CNPq e liderado por um dos autores.

Classes Sociais e o Neoliberalismo

A educação, enquanto uma das dimensões da vida social e de suas transformações históricas, é compreendida por Souza e Ribeiro (2023) como um fenômeno que deve ser situado no contexto em que surge e se desenvolve, por meio dos movimentos contraditórios que emergem das lutas entre classes.

A partir da consolidação da política orientada pelo ideário neoconservador e/ou neoliberal, o Estado se exime da responsabilidade de eliminar os obstáculos que impedem a escola pública de elevar sua qualidade. Tal política desconsidera os limites estruturais que condicionam a atuação da escola, ignorando questões centrais como a pobreza, a desigualdade e outras determinações sociais. Com isso, evidencia-se um processo de regressão social e educacional, acompanhado da reafirmação e intensificação da desigualdade entre as classes sociais (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

A polissemia do termo neoliberalismo se estende para além de um modelo de política econômica, passando a caracterizar uma ampla série de fenômenos políticos, ideológicos e culturais (Souza, Ribeiro e Corsino, 2025).

Segundo Harvey (2008), a neoliberalização pode ser compreendida tanto como uma proposta utópica voltada à reestruturação teórica do capitalismo global quanto como uma estratégia política destinada a recuperar as condições de acumulação de capital e a reafirmar o poder das elites econômicas. Diante de conflitos entre os princípios neoliberais e os interesses das elites, tais princípios tendem a ser descartados ou modificados de forma tão profunda que perdem sua identidade original.

No cenário brasileiro, Coelho (2025) propõe o conceito de hierarquias sociais, envolvendo classe, gênero, raça e a relação centro-periferia, como uma lente analítica para entender a articulação entre neoliberalismo, capitalismo e democracia. Sua abordagem evidencia como o neoliberalismo reforça desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que se apresenta como um discurso de modernização e eficiência econômica.

Autores contemporâneos têm aprofundado a crítica ao neoliberalismo, destacando seus efeitos para além da esfera econômica. Dardot e Laval (2020) argumentam que o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade que atravessa e transforma profundamente as relações sociais. Essa lógica impõe padrões de competição, desempenho e eficiência que se estendem para além do mercado, alcançando inclusive os domínios da vida cotidiana, como a educação, a saúde e as relações interpessoais.

Brown (2019), por sua vez, enfatiza os impactos do neoliberalismo sobre os fundamentos da democracia. Para a autora, ao subordinar o bem comum aos interesses do mercado, o neoliberalismo enfraquece a participação cidadã, deslegitima o papel do Estado como garantidor de direitos e amplia os processos de exclusão social.

No contexto latino-americano, Gago (2020) contribui com uma análise interseccional dos efeitos das políticas neoliberais. A autora destaca que tais medidas afetam de forma desproporcional mulheres, trabalhadores informais e populações racializadas, revelando como o neoliberalismo opera na reprodução das desigualdades de classe, gênero e raça.

A informalidade e a precarização do trabalho são intensificadas por reformas que desresponsabilizam o Estado e transferem os custos sociais para os indivíduos Gago (2020). Essas abordagens evidenciam que o neoliberalismo, longe de ser uma proposta neutra ou meramente técnica, atua como um mecanismo de reprodução das hierarquias sociais.

Essas contribuições contemporâneas reforçam a ideia de que o neoliberalismo não é um fenômeno homogêneo, mas sim um projeto político multifacetado que atua na reprodução das desigualdades sociais, beneficiando sistematicamente as elites enquanto impõe sacrifícios às classes populares.

A Conversa enquanto Instrumento Metodológico de Pesquisa

A fim de responder ao problema de pesquisa que surge a partir da interação com a realidade investigada, a conversa destaca-se como uma metodologia que permite uma abordagem problematizadora e complexa,

que impulsiona o ato de questionar, conhecer, agir e refletir, sendo essencial para o desenvolvimento crítico e consciente (Freire, 2007). Segundo Sampaio, Ribeiro e Souza (2018), essa técnica dispensa a imposição prévia de um tema ou a delimitação de objetivos convenientes à investigação, proporcionando, assim, uma abordagem mais fluida e dinâmica.

Serpa (2018) nos auxilia no entendimento metodológico de que a conversa não circunscreve em pesquisas que trilhem apenas pelos caminhos desejáveis e se tornem a confirmação de nossas certezas, todavia a investigação de nossas dúvidas. Segundo essa autora,

conversar não é interrogar, não é arguir, não é separar os sujeitos entre os que elaboram as perguntas – e analisam as respostas segundo seus manuais – e aqueles que respondem às perguntas, às vezes de forma ‘errada’ e ‘insatisfatória’, não é estabelecer um diálogo dividido entre os que sabem e os que não sabem (Serpa, 2018, p. 114).

De acordo com Spivak (2018) a conversa enquanto metodologia de pesquisa possui uma característica de constante autossubversão, diferenciando-se das entrevistas tradicionais que visam coletar dados e frequentemente tratam a fala dos interlocutores como objetos a serem apreendidos e analisados. Nesse contexto, Costa, Oliveira e Farias (2021) criticam o papel do pesquisador intelectual que, por meio da entrevista, supostamente “dá voz” àqueles que são vistos como desprovidos de saber, reforçando dinâmicas assimétricas de poder.

Pensa-se a conversa enquanto relação humana que, supostamente, subverteriam as explicações estruturantes (Ferraço; Alves, 2023). A conversa, enquanto construção de informações, ocorre de maneira em que a relação dos sujeitos aconteça espontaneamente, sem criar artificios e/ou uma situação forjada para que o sujeito outro seja persuadido a responder (Serpa, 2018).

Segundo Nunes (2020), a conversa enquanto uma epistemologia qualitativa, não se limita ao tratamento de dados, mas sim à produção de informações construídas em colaboração com os sujeitos da pesquisa. O conhecimento, nessa perspectiva, vai além de uma simples acumulação de fatos derivados de constatações imediatas da realidade empírica. Para Nunes,

o entendimento é que os sujeitos envolvidos – pesquisador e pesquisado – são considerados sujeitos pensantes e, como tais, são portadores da condição de refletir sobre

as informações da pesquisa à medida que são coletadas/ produzidas. Essa capacidade de reflexão por parte do pesquisador, característica da Epistemologia Qualitativa, gera certo movimento no processo de pesquisa, por meio do qual o pesquisador pode rever seus aportes teóricos, sua metodologia, seus instrumentos de coleta e produção da informação e até mesmo as inferências apresentadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa (Nunes, 2020, p. 414).

O enquadramento metodológico deste trabalho destaca a conversa como uma ferramenta fundamental para a construção de uma prática dialógica em pesquisa, possibilitando o pensar compartilhado e o aprofundamento da reflexão coletiva (Figueiredo; Queiroz, 2012). Ao promover a interação direta entre os conversantes, essa metodologia favorece a emergência de diálogos internos e reflexivos, enriquecendo a compreensão dos fenômenos investigados e fortalecendo uma abordagem crítica e integrada da realidade (Moura; Lima, 2014).

Nesta pesquisa, optou-se por não adotar hipóteses a serem confirmadas ou refutadas, evitando a imposição de recortes temáticos que direcionem de forma rígida a investigação. Segundo Feyerabend (1975), essa escolha reflete a compreensão de que, no campo educacional, essa prática pode ser restritiva e discriminatória, uma vez que a formulação de hipóteses, frequentemente associada ao positivismo, busca sistematizar a realidade por meio do método hipotético-dedutivo. Em contrapartida, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (2005), argumenta que metodologias que desconsideram o contexto sociocultural dos sujeitos limitam o processo educativo.

No contexto desta investigação, foram convidados sujeitos com notória e expressiva atuação na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Tais sujeitos foram efetivos e atuantes no processo de investigação, formulação, planejamento, coordenação e implementação de políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Em relação ao material produzido a partir das conversas, os nomes dos participantes permanecerão confidenciais durante todas as etapas do estudo, tendo os sujeitos assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No que diz respeito aos dados de identificação, apenas a formação e a trajetória acadêmica serão preservadas, pois representam marcadores importantes que evidenciam a posição ocupada por esses sujeitos e influenciam a forma como relatam suas experiências profissionais e de vida em relação ao Instituto Federal.

A conversa com o sujeito 1 ocorreu presencialmente na tarde do dia 18 de abril de 2024 em seu local de trabalho. Com duração aproximada de uma hora, a conversa foi conduzida de forma espontânea. Para registro, utilizou-se um aparelho de celular como forma de captação de áudio, visando a posterior transcrição e análise.

A conversa com o sujeito 2 foi realizada remotamente por meio da plataforma Google Meet no dia 22 de abril de 2024. Conversou-se durante quase duas horas, numa prosa fluida, como é característica de uma boa conversa. A gravação da videoconferência foi utilizada para a devida transcrição e análise das informações construídas, garantindo que o pesquisador pudesse se concentrar plenamente na conversa, sem a necessidade de interrupções para anotações.

Após a realização das conversas, as mesmas foram transcritas integralmente para documento Word a fim de permitir análise mais detalhada das informações produzidas. A leitura cuidadosa do material permitiu a identificação e a elaboração de categorias analíticas emergentes, organizadas de forma didática por tema e relevância para a pesquisa, contextualizadas à luz da literatura pertinente ao tema abordado.

Compreensão das Conversas Realizadas

Salienta-se que as conversas, apesar de terem ocorrido em momentos distintos, são aqui apreendidas dentro de um mesmo arcabouço teórico de compreensão. Ou seja, as conversas se inter cruzam e dialogam a partir de temáticas convergentes.

A análise foi organizada em tópicos, com o objetivo de facilitar a apresentação e compreensão, seguindo uma abordagem didática. Esses tópicos emergiram diretamente das conversas realizadas e refletem aspectos essenciais do estudo, a saber: Panorama histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; Institutos Federais e o Interesse de setores socioeconomicamente Privilegiados; Identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Processo seletivo para discentes nos Institutos Federais.

Panorama Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

No Brasil, Segundo Vieira e Souza Junior (2016) a formação do trabalhador teve seu início no período da colonização do país, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os povos originários e os escravizados, considerados as classes mais baixas da sociedade. Segundo o Sujeito 2,

Uma avaliação que eu tenho, histórica, dos Institutos Federais, [...] ele foi criado como uma educação de segunda categoria, de segunda classe, para os filhos dos trabalhadores para atender a necessidade de qualificação de uma mão de obra de pessoas semianalfabetas e até mesmo analfabetas que sequer sabiam escrever o nome, e que num determinado momento a partir da libertação dos escravos tomaram conta dos grandes centros urbanos, e isso era um problema e tinha que se dá um destino pra essa gente (Sujeito 2).

A gênese dos Institutos Federais remonta ao marco histórico de 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, como destacado por autores como Fonseca (1961), Cunha (2005) e Manfredi (2002). Essas escolas surgiram em meio a transformações sociais e econômicas significativas, desempenhando um papel importante não apenas na formação profissional, mas também com caráter assistencialista, como enfatiza Farias (2022).

Apesar dos inúmeros desafios, o modelo de educação profissional consolidou-se gradualmente no Brasil, culminando na criação de uma rede nacional de escolas técnicas. Essa evolução atendeu à crescente demanda por qualificação profissional, essencial para sustentar o desenvolvimento do país (Brasil, 2010).

Com o pensamento voltado para a consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o sujeito 1 considera que

as origens dos IF estão vinculadas ao momento em que o país vivia durante as gestões do Presidente Lula, concebidos como suporte para um Projeto de desenvolvimento soberano, democrático e inclusivo (Sujeito 1).

O contexto histórico da criação dos Institutos Federais foi marcado por intensas disputas entre diferentes projetos societários, que moldam as decisões e direcionam as políticas públicas (Brasil, 2008). A proposta de implementação dessa Rede buscava, prioritariamente, democratizar o acesso à educação, interiorizar as oportunidades de aprendizado, ampliar a oferta educacional e integrar, em uma única instituição, diversas modalidades de ensino (Arantes; Costa, 2020). E a grande virada com relação a essa modalidade foi a criação dos Institutos Federais, conforme frisa o Sujeito 1 em sua fala.

A Lei 11.892/2008 estabelece as bases legais para os 38 Institutos, com mais de 650 campi espalhados por todo

o território nacional, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos, preferencialmente na forma integrada com o Ensino Médio; Licenciaturas, graduações e/ou bacharelados, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados profissionais (Sujeito 1).

Com base na legislação que fundamenta sua criação (Brasil, 2008), o Instituto Federal deve se consolidar como um centro de excelência na oferta de ensino em Ciências, abrangendo tanto as ciências gerais quanto as aplicadas. O Sujeito 1 afirma que

Entretanto, entendíamos não ser papel do Estado treinar mão de obra para o capital, mas cidadãos e cidadãs que pudessem ser um torneiro mecânico ou um poeta, conforme seu talento ou vontade. Daí o compromisso inarredável com a Formação Humana Integral (Sujeito 1).

O percurso histórico da educação profissional no Brasil reflete a trajetória de suas transformações e adequações legais (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Pode-se afirmar que, pela primeira vez no país, ousou-se pensar uma educação buscando alinhar uma formação para o mundo do trabalho e formação cidadã, ou seja, que vê o ser humano de forma integral (Pacheco, 2009). Ainda para o Sujeito 1,

à educação pública cabe formar a cidadania e não mão de obra para o capital. Este cidadão tem de ser capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele a partir das relações sociais que ele estabelece. A sociedade capitalista se divide em classes e ter consciência de sua classe social é imprescindível no processo de construção de sujeitos históricos (Sujeito 1).

Segundo Ramos (2014) a integração diz respeito a uma concepção de formação humana que tem como base todas as dimensões indissociáveis da vida humana, o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, no processo educativo. Todo este processo está intimamente ligado à educação e ao processo de humanização.

Institutos Federais e o Interesse de Setores Socioeconomicamente Privilegiados

Segundo Pacheco (2015), os Institutos Federais, embora possuam uma institucionalidade consolidada, reconhecida pela oferta de ensino de

qualidade e amparada por uma legislação robusta, ainda carregam, no quadro histórico, a imaturidade de ser uma instituição jovem.

De acordo com Oliveira (2003), a falta de compreensão sobre a identidade institucional dos Institutos Federais, somada aos conflitos em torno de seu projeto político-pedagógico, aponta a atuação de diferentes grupos, classes e frações de classes sociais. Esses atores disputam narrativas e entendimentos sobre as finalidades e os objetivos que orientam a Rede Federal, revelando a complexidade das tensões existentes nesse contexto (Moraes, 2016).

A expansão dos Institutos Federais ampliou significativamente o acesso à educação para estudantes da classe trabalhadora, especialmente para aqueles autodeclarados como pardos, consolidando um importante avanço em termos de inclusão educacional (Brasil, 2007). Contudo, como destaca Daros (2023), o desafio da permanência desses estudantes nessas instituições ainda persiste, exigindo ações mais eficazes para garantir sua continuidade e sucesso acadêmico.

Ao longo da conversa, o Sujeito 2 manifestou preocupação em relação ao aumento da presença de grupos socioeconomicamente privilegiados nos Institutos Federais, motivada pela excelência do ensino ali oferecido. Para o Sujeito 2,

essa questão da classe média burguesa dentro da instituição e como ela olha pra essa formação ela é antiga, ela vem de muito tempo e as pessoas sabiam que a gente tinha ensino de ótima qualidade. A classe média burguesa coloca seus filhos na escola federal, e tenho exemplos disso depois da constituição dos institutos também, porque eles sabem que o ensino é melhor que uma escola estadual e até que uma escola particular, embora tenha as greves e outras situações, mas eles sabem que lá os alunos saem com uma outra formação, e isso possibilita a ele uma outra perspectiva de mundo, de ir pra uma universidade federal de fazer um curso de medicina (Sujeito 2).

Esse movimento pode intensificar a exclusão das classes menos favorecidas, que encontram nos Institutos Federais uma rara oportunidade de acesso à uma educação de qualidade (Daros, 2023). Desta forma, aprofundando o conceito de classe, nos ancoramos em Ricardo Antunes (2003), que orienta sua análise para a compreensão do fenômeno de classe no século XXI que “compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes” (Antunes, 2003, p. 104).

A presença de grupos socioeconomicamente privilegiados nos Institutos Federais tem sido objeto de crescente atenção na literatura recente, pois evidencia um processo de disputa pelo acesso a bens públicos de qualidade. Estudos como os de Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020) demonstram que, embora os Institutos Federais tenham sido concebidos para ampliar as oportunidades educacionais da classe trabalhadora, observa-se uma tendência de inserção de setores médios e privilegiados, que reconhecem nessas instituições uma alternativa de excelência em relação às escolas privadas e estaduais.

Essa dinâmica reforça a necessidade de uma conceituação mais precisa sobre o que se entende por “classes favorecidas”, uma vez que a categoria “classe média” é marcada por ambiguidades e múltiplas interpretações no contexto brasileiro contemporâneo (Masson, 2023).

O Sujeito 1 analisa os princípios dos Institutos Federais, destacando seu papel na justiça social ao priorizar os grupos menos favorecidos, evitando a concentração de vagas entre as classes mais privilegiadas, que possuem alternativas educacionais mais acessíveis. Para o Sujeito 1,

nunca podemos esquecer que a estrutura de um IF é um equipamento público que deve estar a serviço das comunidades.

A discussão sobre as classes sociais, conforme Estanque (2003), deve ser compreendida em relação à dinâmica de produção social. É essencial uma conceituação precisa de termos como “burguesia” e “classe média”, uma vez que esses conceitos, emerge diversas vezes nas conversas, carregam múltiplas ambiguidades no imaginário coletivo.

Em “Sentidos do Trabalho”, Antunes (2003) constrói um nexos argumentativo que demonstra a nova composição assumida pela classe trabalhadora hoje. Antunes enfatiza que

a classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui, também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (Antunes, 2003, p. 104).

A Rede Federal se mostra firme e resistente na missão garantidora de justiça social, conforme afirma o Sujeito 2.

Outra característica que aparece muito claramente na fala das pessoas é a resistência, a rede é muito resistente [...] eu acho que a gente tem uma função social de melhoria, de atender as classes menos favorecidas, mas a gente tem a obrigação que a sociedade seja melhor, e não pior, e com isso desenvolver pesquisa e tudo mais (Sujeito 2).

Os Institutos Federais assumem a tarefa histórica de ascensão das classes menos favorecidas, conforme confirma o Sujeito 2 na seguinte fala:

E isso é clara na fala das pessoas, a identidade dos Institutos ela repousa basicamente sobre a questão da diversidade da comunidade escolar, então tu tens mulheres trans, tem homens gays, mulheres lésbicas, tu tens pessoas ricas, pessoas pobres, tu tens uma reprodução da sociedade na sua integralidade (Sujeito 2).

Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020) destacam que os alunos dos Institutos Federais apresentam desempenho comparável ao de estudantes de escolas privadas, apesar de possuírem um perfil socioeconômico médio inferior, similar ao das instituições estaduais, e maior diversidade étnico-racial. Os dados destacam a importância de manter e fortalecer o papel social dos IF, garantindo sua missão de inclusão e justiça social frente a desafios que possam desviar sua essência transformadora.

A presença de setores privilegiados na educação pública não apenas tensiona a função social dos Institutos Federais, mas também pode intensificar processos de exclusão das camadas populares. Segundo Cruz e Barros (2021), a escola brasileira, ao invés de promover exclusivamente a emancipação, muitas vezes atua como dispositivo de reprodução das hierarquias sociais, reforçando desigualdades estruturais. Nesse sentido, compreender a atuação das classes mais favorecidas nos Institutos Federais exige situar o debate em um contexto mais amplo de neoliberalização da educação, no qual a lógica meritocrática e competitiva tende a beneficiar aqueles que já possuem capital cultural e econômico acumulado.

Identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A identidade institucional, como geradora de significados, insere-se no âmbito dos fenômenos semióticos, estabelecendo uma relação entre expressão e identidade. Conforme Silva e Albino (2013, p. 119), “Tudo que tem capacidade de expressão possui uma identidade. No sentido literal, identidade diz respeito às características implícitas do emissor.”

Oliveira e Caetano (2024) destacam que a identidade dos Institutos Federais está vinculada a uma formação integrada, que transcende a profissionalização instrumental, promovendo uma educação voltada para o desenvolvimento humano em sua totalidade. Essa concepção se apoia na tradição da educação socialista, como aponta Ciavatta (2014), que defende o ideal omnilateral, centrado na formação plena do indivíduo, reforçando a proposta de uma educação emancipatória, capaz de preparar sujeitos para a compreensão crítica da realidade. Para os Sujeitos participantes da conversa,

qual é a grande revolução que o instituto traz? Ele traz primeiro uma fundamentação fenomenal de pra quê nós servimos, as finalidades, a missão do instituto, e isso recoloca na nossa pauta um outro olhar, que é o olhar na missão social que a gente tem (Sujeito 2).

Trata-se de superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam, estabelecendo uma hierarquia de conhecimentos correspondente a hierarquia das classes sociais (Sujeito 1).

Fundamentados nessa premissa inicial e ancorados na perspectiva de Ciavatta (2014), reafirmamos o compromisso com concepções e práticas educativas revolucionárias que visam elevar as massas ao patamar de conhecimento e capacidade de atuação historicamente reservado às elites e seus herdeiros, desafiando a lógica excludente e promovendo a emancipação social por meio da educação.

O Sujeito 1 revela a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), na consolidação da identidade institucional, afirmando que

uma instituição educacional sem PPP não passa de uma repartição pública como outra qualquer. Os governos passam e as instituições sobrevivem com maiores ou menores perdas. O que pode tornar uma instituição irrelevante e dispensável

é sua descaracterização enquanto projeto pedagógico. É seu compromisso com uma identidade pedagógica que a torna sólida, quase indestrutível e perene. Por isto, quando se pensou os IF houve a preocupação em constitui-los como uma Rede embasada num mesmo PPP com uma identidade comum a todos eles. Só isto já seria uma singularidade na história da educação pública brasileira (Sujeito 1).

Ao elaborar seu Projeto Político Pedagógico, cada Instituto Federal em todo Brasil reafirma, conforme disposto em sua Lei de criação 11.892/2008 (Brasil, 2008), o compromisso da Rede Federal com uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada. Sujeito 1 afirma que

discutir o Projeto Político Pedagógico dos Institutos Federais e implementá-lo, mais do que importante é decisivo para a sobrevivência destas instituições. Sua legitimidade e importância vem exatamente da originalidade deste Projeto. Uma vez abandonado ou precarizado eles se tornariam irrelevantes, nem Universidade, nem Escola Técnica. A expansão das graduações para além dos limites estabelecidos pela Lei 11.892/2008 transformaria os Institutos Federais em uma imitação das universidades passando a ser comparadas com estas, com desvantagem. (Sujeito 1).

O Sujeito 1 traz uma síntese dos princípios fundantes dos Institutos Federais, destacando quatro pilares essenciais no campo conceitual: Verticalização, Transversalidade, Territorialidade e Atuação em Rede. Esses elementos, embora distintos, integram-se de forma dialética e indissociável, compondo uma totalidade que reflete a essência e a prática institucional. Segundo o Sujeito 1

a VERTICALIZAÇÃO vai além da mera oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, organizando os conteúdos curriculares de modo a proporcionar um diálogo enriquecedor entre as diversas etapas de formação. Complementarmente, a TRANSVERSALIDADE estabelece conexões entre educação, tecnologia e eixos tecnológicos, permitindo uma organização didática integrada na educação profissional e tecnológica. No aspecto da TERRITORIALIDADE, o campus transcende sua função de espaço físico, consolidando-se como parte ativa do território e assumindo um compromisso direto com os processos políticos, econômicos e sociais da região. Por fim, a ATUAÇÃO EM REDE, formalizada pela Lei 11.892/2008,

fortalece a cooperação institucional, impulsionando a troca de experiências, o compartilhamento de recursos e a construção coletiva de soluções educacionais.

Dessa maneira, Segundo Ramos (2014), torna-se importante construir concepções que priorizem a realização de uma formação humana integral, que tem como base todas as dimensões indissociáveis da vida humana, o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, no processo educativo.

Nesse contexto, a pesquisa se estabelece como princípio pedagógico (Cardoso, Abreu e Nascimento, 2023). A pesquisa deve ser vista como um componente essencial da educação, a pesquisa não é apenas um método, mas um princípio educativo que transforma o processo de ensino em uma prática de criação e reconstrução de saberes (Demo, 2006). Para o Sujeito 1,

a compreensão do trabalho enquanto princípio educativo é o elemento básico para a organização curricular, definição de conteúdo ou atividades e estabelecimento de metodologias nos Institutos Federais. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade (Sujeito 1).

A concepção do trabalho como princípio educativo é um dos pilares centrais da organização curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em seu sentido ontológico, e por meio dele é que se desenvolvem todas as nossas potencialidades (Souza; Ribeiro, 2023). Essa perspectiva reconhece o trabalho não apenas como um meio de produção econômica, mas como uma prática formativa que articula ciência, tecnologia e cultura. Na concepção de Ciavatta (2014), a formação integrada tem como propósito fazer que

a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Ciavatta 2014, p.198).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2018) enfatizam que a integração entre formação geral e formação profissional é essencial para uma educação que contemple o ser humano em sua totalidade. Essa concepção está alinhada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, cujo propósito busca uma formação cidadã que possibilite a atuação crítica e transformadora dos indivíduos na sociedade.

Processo Seletivo para Discentes nos Institutos Federais

De acordo com o parágrafo único do artigo primeiro da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), as instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possuem a natureza jurídica de autarquia. Essa definição lhes confere autonomia que permite a cada instituição escolher o modelo de processo seletivo que será adotado para ingresso de estudantes.

A política de acesso à formação profissional em nível de ensino médio apresenta variações importantes dentro da Rede Federal, Segundo Silva e Borges (2019) destaca-se três modalidades de seleção: aplicação de provas, análise do histórico escolar e sorteio.

A discussão acerca da forma mais adequada de seleção de candidatos para os cursos técnicos da Rede Federal evidencia um tema central para a concretização de sua missão institucional. Para Dumont (2023) este debate busca equilibrar os princípios de equidade, acessibilidade e qualidade educacional, promovendo um modelo de seleção que atenda aos critérios de justiça social e inclusão. Os sujeitos participantes afirmam que

porque o principal argumento em não se ter sorteio no lugar de prova no processo seletivo, é que vai entrar gente 'fraca' que 'não sabe de nada', que vai tirar o lugar daquele que sabe (Pesquisador).

Como se aquele que sabe tivesse mais direito de estar naquele lugar, essa é a questão (Sujeito 2).

Coutinho e Melo (2011), em sua investigação da realidade socioeducacional dos processos seletivos dos cursos técnicos, confirmam que a seleção por provas é o mecanismo mais tradicional de ingresso e apresenta as mais altas taxas de seletividade e exclusão social, contribuindo para a reprodução e a manutenção das desigualdades sociais.

Conforme o estudo de Martins e Costa (2021), a admissão de estudantes nas escolas das redes públicas municipais e estaduais ocorre, em geral, por meio do critério de zoneamento, garantindo a alocação

conforme a proximidade entre a instituição, o perfil do egresso e a comunidade. No entanto, os colégios militares e a Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico constituem exceções a esse modelo tradicional de ingresso. Ressalta-se que a Rede Federal representa apenas 0,9% das matrículas na educação básica (BRASIL, 2021), evidenciando sua participação limitada no sistema educacional nacional. Sujeito 2 afirma,

veja bem, houve um retrocesso, nesse processo porque o conceito neoliberal da meritocracia está impregnado nas pessoas, tu não consegues fazer a discussão disso, nós tivemos alguns de nossos campus que optaram por fazer sorteio, e nós discutimos isso enquanto forma de ingresso, discutimos e não teve proposta de passar [...] e com isso eu quero te dizer que isso está introjetado (Sujeito 2).

Martins e Costa (2021) apontam que o acesso à educação vai além do processo seletivo, revelando um caráter excludente ao longo da trajetória escolar em instituições públicas. A reprodução de simulacros de vestibulares acentua a segregação de grupos com fragilidades epistêmicas, consolidando a escola como um espaço que perpetua desigualdades sociais, econômicas e científicas. Nesse sentido, a ideia de meritocracia tem sido amplamente questionada, pois desconsidera as desigualdades estruturais e sociais que impactam diretamente a capacidade dos indivíduos de desenvolver e demonstrar suas habilidades e méritos (Dumont, 2023).

Saviani (2008) ressalta que essa perspectiva contraria um dos princípios fundamentais de um estado democrático: a promoção da equidade. A Rede Federal exerce um papel crucial na democratização da educação, ampliando o acesso ao ensino, mas, conforme Oliveira (2002), não pode ser vista como a única solução para a superação das desigualdades sociais, especialmente em um contexto marcado por conflitos de classe.

Outras Considerações

Este estudo investigou os desafios relacionados ao atendimento das diferentes classes sociais pela Rede Federal e às disputas sobre sua identidade institucional. Como resposta à pergunta de pesquisa, foram identificadas as potencialidades de uma educação profissional e tecnológica voltada para a formação humana integral. No entanto, essas potencialidades enfrentam dificuldades ao confrontar a lógica neoliberal, que exerce forte influência sobre as dinâmicas educacionais, econômicas e

sociais contemporâneas, trazendo à tona tensões estruturais que desafiam sua implementação plena.

Os participantes da pesquisa contribuíram com concepções acerca de práticas emancipatórias nos Institutos Federais. Tais concepções foram traduzidas em diretrizes que reforçam a identidade institucional, comprometida com uma educação que vá além da capacitação técnica, priorizando o desenvolvimento integral e a emancipação social como fundamentos centrais.

A análise demonstrou como o neoliberalismo afeta concretamente a educação profissional e tecnológica, ao alinhar a formação às demandas imediatas do mercado. Isso ocorre, muitas vezes, em detrimento de uma perspectiva mais ampla de formação humana integral, o que ressalta os desafios e tensões enfrentados.

Uma preocupação central é o público-alvo dos Institutos Federais, cujo propósito original é atender populações vulneráveis. A crescente ocupação por classes favorecidas compromete os princípios de inclusão e equidade que fundamentam o projeto da Rede Federal, desviando a instituição de sua missão social.

Por fim, reforça-se a relevância de políticas públicas que assegurem o acesso, permanência e sucesso dos estudantes mais vulneráveis. A identidade institucional dos Institutos Federais, consolidada na luta por justiça social e educação inclusiva, constitui a base para resistir às pressões neoliberais e promover uma formação que priorize valores de igualdade e cidadania.

Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ARANTES, A. K.; COSTA, M. H. B. C. Dos Liceus aos Institutos Federais: 110 anos de história da rede federal. *ForScience*, v. 7, n. 2, jan. 2020. Disponível em: <https://forscience.ifmg.edu.br/index.php/forscience/article/view/697>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes*. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.
- BRASIL. *Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília - DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.html. Acesso em: 18 mar. 2024.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do Neoliberalismo*. Editora Filosófica Politeia: São Paulo, 2019.
- CARDOSO, M. A. F.; ABREU, T. L. de; NASCIMENTO, J. M. do. A produção acadêmica sobre Formação Humana Integral na revista brasileira de educação profissional e tecnológica

(2015 – 2022). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 2, n. 23, p. e15943, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.15943. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15943>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2025.

COELHO, A. Capitalismo ou neoliberalismo? As ressignificações e os deslocamentos. 2025. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2025. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/52097/1/2025_GermanoAraujoCoelho_TESE.pdf. Acesso em: 15 out. 2025

COSTA, S. L.; OLIVEIRA, W. S.; FARIAS, I. M. S. Conversa como metodologia de pesquisa. *Teoria e Prática da Educação*. VOL. 15 N.1 JAN/ABR 2012, v. 24, p. 221-225, 2021

COUTINHO, E. H. L.; MELO, F. L. B. de. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. *Educação & Tecnologia*, [S.l.], v. 15, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/278>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CRUZ, A. P.; BARROS, R. A atuação das classes favorecidas nos Institutos Federais: tensões e disputas na educação pública. *Revista Educação e Ciências Sociais*, v. 4, n. 6, p. 45–62, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/cienciasociais/issue/view/493>. Acesso em: 15 out. 2025.

CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAROS, M. A. Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva. *Serviço Social & Sociedade*, n. 146, p. 63-80, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DUMONT, N. C. Análise dos tipos de processo de seleção de aluno para os cursos técnicos na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. *Dissertação* (mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

ECHALAR, A. D. L. F. Avanços tecnológicos sob a hegemonia do capital: Problematicando a chamada -Inteligência artificial-. *Revista Exitus*, v. 15, p. e025008, 2025. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2811>

ESTANQUE, E. O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. In: CABRAL, M. V.; VALA, J.; FREIRE, A. (Org.). *Desigualdades sociais e percepções de justiça*. Volume 3: Atitudes sociais dos Portugueses. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 69-105, v. 3.

FARIAS, B. de O. O Teto De Vidro Na Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica Do Brasil: Relatos De Mulheres Gestoras. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Administração Pública) — Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Centro de Ciências Sócio-organizacionais, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

FEYERABEND, P. *Contra o Método*. London: Verso Books. 1975.

FERRAÇO, C. E.; ALVES, N. Conversas em redes e pesquisas com os cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. In: RIBEIRO, Tiago; DE SOUZA, Rafael; SAMPAIO, Carmen (org.). *Conversa como metodologia de pesquisa: Por que não?*. 2. ed. Rio de Janeiro: AYVU, 2023, p. 41-64.

FIGUEIRÉDO, A. A. F. de; QUEIROZ, T. N. de. A Utilização de rodas da conversa como metodologia que possibilita o diálogo. *Seminário internacional fazendo gênero 10*, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/>

20/1373241127_ARQUIVO_AUTILIZACAODERODASDECONVERSACOMOMETODOLOGIA QUEPOSSIBILITAODIALOGO.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional Rio de Janeiro, 1961.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *A educação profissional no Brasil*: História, políticas e desafios para o futuro. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. *Educação e Trabalho*: Perspectivas da Formação Integral no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.

GAGO, Verônica. *A razão neoliberal*: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

HARVEY, D. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, A. L.; COSTA, A. Formas de ingresso nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Ensino. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, p. e08516, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8516>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MASSON, M. (Org.). Classes sociais no Brasil contemporâneo. *Princípios*, v. 42, n. 166, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/issue/view/9>. Acesso em: 15 out. 2025.

MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: A Formação da Identidade dos Institutos Federais. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MOURA, A.; LIMA, M. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Temas em Educação*, João Pessoa, v. 23, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 19 mar. 2024.

NASCIMENTO, M. M.; CAVALCANTI, C.; OSTERMANN, F. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 101, n. 257, p. 120-145, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/jj66w94G68d56Z3CQhV5vCzG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 22 jan. 2025.

NUNES, C. P. Conversas Interativo-provocativas como opção teórico-metodológica nas ciências humanas e na educação. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 408-439, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6954/695478694023.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

OLIVEIRA, P. M.; CAETANO, G. de J. A criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: possibilidades de pesquisa no campo da história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 24, p.1-23, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8670665. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670665>. Acesso em: 22 Mar. 2025.

OLIVEIRA, F. De. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? In: OLIVEIRA, F.de; DOWBOR, L.; BAVA, S. C.; SPINK, P.; LEVY, E.; CRUZ, M. do C. M. T.; SILVEIRA, C.; BOCAUYUVA, C.; ZAPATA, T.; VAZ, J. C.; KAYANO, J.; CALDAS, E.; PAULICS, V. (org.). *Novos contornos da gestão local*: conceitos em construção. São Paulo, Pólis, 2002. p.11-31.

OLIVEIRA, T. F. De. As disputas acerca da identidade dos institutos federais: uma leitura a partir da categoria historicidade. *Formação em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov/article/view/696>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PACHECO, E. Institutos Federais Lei 11.892 de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

PACHECO, E. *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais*: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Político-Pedagógico%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, M. *História e Política da Educação Profissional*. Coleção: formação pedagógica. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014, v. 5.

RIBEIRO, T. SOUZA, R. SAMPAIO, C. É possível conversar como metodologia da pesquisa? In: Ribeiro, T.; Souza, R.; Sampaio, C. S. (Org.). *Conversa como metodologia de pesquisa*: por que não?. 2 ed. Rio de Janeiro: AYVU, 2023, p. 163-180.

SAMPAIO, C. RIBEIRO, T. SOUZA, R. Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor? In: Ribeiro, T.; Souza, R.; Sampaio, C. S. (Org.). *Conversa como metodologia de pesquisa*: por que não?. 2 ed. Rio de Janeiro: AYVU, 2023, p. 21-40.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SERPA, A. Conversas: Possibilidades de pesquisa com o cotidiano. In: RIBEIRO, T.; DE SOUZA, R.; SAMPAIO, C. (org.). *Conversa como metodologia de pesquisa*: Por que não? 2 ed. Rio de Janeiro: AYVU, 2023, p. 93-118.

SILVA, J. R. Da; BORGES, L. F. F. políticas de acesso nos processos seletivos da rede de educação profissional no brasil: uma análise de desempenho. *Revista Ciências Humanas*, [S. l.], v. 12, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/538>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, L. M.; ALBINO, A. A. A rede federal de ensino técnico e tecnológico e seu relacionamento com públicos-alvo: algumas questões de identidade institucional. *HOLOS*, Natal, v. 4, 2013, p. 117-134. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481548606012>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, C. L. M.; NOGUEIRA, E. E. S. *Identidade Organizacional*: Um caso de Manutenção, outro de Mudança. RAC, Edição Especial, p. 35-58, 2001.

SOUZA, D; RIBEIRO, M. A análise da realidade: aproximação entre categorias emergentes das contribuições de Karl Marx e Paulo Freire. *Revista Transmutare*, Curitiba, v. 8, p. 1-21, 2023.

SOUZA, D.; RIBEIRO, M.; CORSINO, L. Educação profissional e tecnológica: Um olhar sobre a produção científica em mestrados de Institutos Federais. *Metodologias e Aprendizado*, [S. l.], v. 8, p. 335-354, 2025. DOI: 10.21166/metapre.v8i.6366. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/6366>. Acesso em: 15 out. 2025.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

VIEIRA, A. M. D. P.; JUNIOR, A. de S. A educação profissional no Brasil. *Revista Interações*, [S. l.], v. 12, n. 40, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Submetido em agosto de 2025

Aceito em outubro de 2025

Publicado em agosto de 2026

